

ESQUERDA

ESCREVA-NOS QUEM SOMOS CONTACTOS RSS



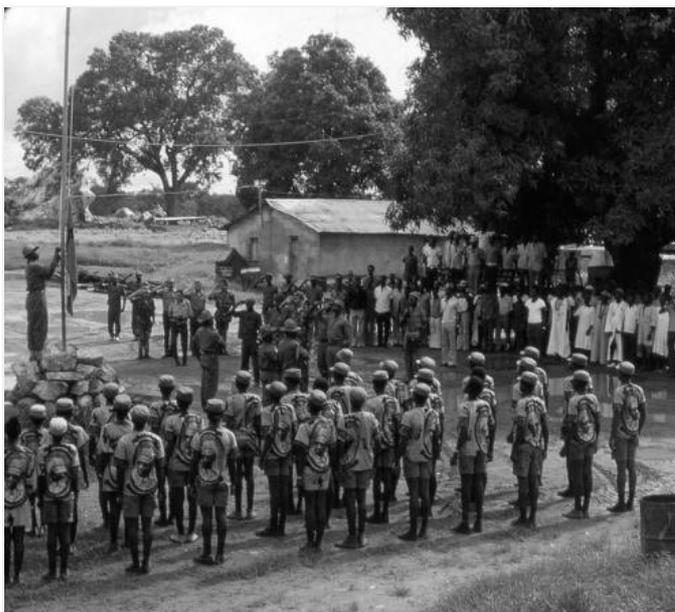
ARTIGOS DOSSIER / DOSSIER 301: AS FERIDAS ABERTAS DA GUERRA COLONIAL / DA GUERRA COLONIAL ÀS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

Da guerra colonial às independências africanas

A constituição de Estados-nação cujas independências se afirmaram contra a dominação colonial produzirá um contexto marcado pela tensão entre a herança colonial e a celebração das possibilidades para novos começos. Por Bruno Sena Martins e Miguel Cardina.

13 de Outubro, 2019 - 17:50h

118



Hastear da bandeira da Guiné Bissau após o arrear da de Portugal em Canjadude. Foto

A presença da guerra colonial na memória da democracia portuguesa constituiu, durante muito tempo, algo próximo daquilo que a Michael Taussig chamou de “segredo público”, ou seja, “algo que é comumente conhecido, mas que não pode ser articulado” (Taussig, 1999: 6). Embora matizado por uma

(original a cores) de João Carvalho, Wikimedia - domínio público.

crescente visibilidade em anos recentes, o lugar

residual ou fantasmático que a guerra colonial ocupa no senso comum permanece. O silenciamento da guerra colonial, além das razões que têm que ver com as particularidades do regime que impôs a guerra e do processo de democratização que se lhe seguiu, permanece suportado por uma autorrepresentação benevolente da experiência ultramarina portuguesa. Perante uma guerra tão longa, animada politicamente por um nexos colonial-racista, marcada por elevados níveis de frustração e exaustão dos combatentes, a memória condenatória da guerra deteve-se, quer no espectro de um confronto coletivo com massacres e crimes de guerra, quer no difícil gesto de assunção de quota individual na violência imposta, em particular, às populações civis e aos prisioneiros de guerra

Como é bem sabido, a elisão da violência colonial da experiência colonizadora portuguesa concerta-se seja com as narrativas heroicas dos descobrimentos, seja com a apologia de pendor luso-tropicalista que o Estado Novo recolheu de Gilberto Freyre. Pensar no colonialismo de forma crítica, implica, pois, inscrever na história de violência colonial o outrora épico da gesta ultramarina, considerando, uma genealogia que recupera, por exemplo, o protagonismo de Portugal no tráfico atlântico de negros escravizados, o genocídio dos povos indígenas das américas, as campanhas de “pacificação”, o estatuto do indigenato, o trabalho forçado e a guerra colonial. Nesse sentido, falar da guerra, tomando-a como parte da empresa colonial racista, implica um gesto paradigmático de recusa à ideia dominante sobre Portugal e sobre a epopeia aventureira do seu povo.

Com efeito, a guerra foi o último estertor de um Império já anacrónico e um acontecimento que, fazendo parte dos mais vastos movimentos tectónicos que abalaram o Sul naqueles anos, foi também uma peça na influência da guerra fria em África. No solo

africano, e não obstante as diferenças históricas entre os territórios, as guerras de libertação foram a marca fundacional da criação das novas nações. Os novos Estados receberiam dessas lutas a sua legitimidade direta e tinham de lidar com a necessidade de desmobilizar sectores da população e pensar o lugar daqueles que tinham combatido nas fileiras do exército colonizador. Saídos do conflito, esses países mergulhariam em sangrentas e duradouras guerras civis ou em sucessões de golpes de Estado. Como pôs em evidência o historiador João Paulo Borges Coelho, é necessário integrar também na análise dos conflitos civis pós-independência o papel que aí teve o “potencial de violência” que a militarização dos espaços coloniais durante a guerra havia originado (Coelho, 2003).

Excetuando o caso da Guiné, cuja independência foi unilateralmente proclamada pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) em setembro de 1973, as restantes antigas colónias portuguesas em África formalizaram a sua independência em 1975. As próprias histórias da luta foram diversas. Em Angola, três movimentos se bateram em armas contra o colonialismo: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), UPA/FNLA (União dos Povos de Angola e Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). A UPA/FNLA ficaria ligada à grande revolta ocorrida em março de 1961, na qual morreram milhares de brancos e trabalhadores negros nas fazendas no norte de Angola, desencadeando uma feroz reação por parte dos colonos. Surgida em 1966, a UNITA fará também vários ataques contra os portugueses, até fazer um pacto de não agressão com o Exército português a troco de informações sobre o MPLA e a UPA/FNLA. Saído da luta de libertação e dos conflitos que se seguiram, será o MPLA quem – ainda que movendo uma longa guerra com a UNITA, terminada apenas em 2002 – assumirá a governação do país até hoje e marcará o ritmo das políticas de memorialização da luta, autoconferindo um papel destacado – e até há algum tempo,

e em alguns produtos memoriais – praticamente único no combate pela independência.

No caso de Moçambique, foi essencialmente a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) quem, a partir de 1964, desencadearia ações armadas contra o colonialismo português. Após a independência, teria um papel determinante na condução do Estado, enfrentando depois uma prolongada guerra com a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), até 1992. João Paulo Borges Coelho fala da existência de um “script da libertação” no qual, não apenas se faz coincidir a luta anticolonial moderna com a história do FRELIMO, como se constrói um “discurso estratégico situado na interseção das relações de poder e das relações de saber” que se constitui justamente como a base da sua autoridade política (Coelho, 2013).

Na outra frente de guerra, na Guiné, o PAIGC conduziu um combate que visava, na verdade, a dupla libertação da Guiné e de Cabo Verde. Dirigido pela carismática figura de Amílcar Cabral, foi porventura a luta mais bem-sucedida, não só por ter consigo controlar parte substancial do território, mas também pela vasta simpatia internacional que concitou. Após 1980, com o golpe de Estado em que Nino Vieira depôs Luís Cabral, terminaria a relação umbilical entre a Guiné e Cabo Verde, determinada pela ideia de ter dois Estados e o mesmo partido dirigente. O facto da luta se ter travado nas matas da Guiné faz com que ela tenha ainda uma forte inscrição na memória popular, ainda que – como nos outros contextos – a disputa de lealdades e a incorporação de contingentes africanos nas tropas portuguesas tenha deixado marcas subterrâneas. Na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (onde não houve luta armada mas que conquistou a independência no mesmo contexto, com o MLSTP a partilhar o mesmo idioma dos seus congéneres africanos), a introdução do multipartidarismo e a abertura ao mercados, concretizadas na década de 1990, levariam a

questionamentos, em determinados momentos, das elites oriundas da luta, em articulação com disputas sobre a fixação da narrativa historiográfica.

A constituição de Estados-nação cujas independências se afirmaram contra a dominação colonial produzirá um contexto marcado pela tensão entre a herança colonial – com as suas fronteiras, hierarquias e modos de administração – e a celebração das possibilidades para novos começos. Por terem decorrido da resistência anticolonial, os desenhos de novos começos são realizados em estreita relação com a legitimidade daqueles que fizeram a guerra. Percebe-se assim que – sobretudo num primeiro momento histórico – o “guerrilheiro” tenha assumido, em regra, primazia como figura-tipo da libertação, em detrimento da figura do preso político, do militante clandestino, das retaguardas logísticas asseguradas pelas populações, para não falar das resistências protagonizadas por incontáveis mulheres e homens, ao longo dos tempos, nas diversas arenas da vida colonial.

O modo como as heranças coloniais se enredam com as expectativas exaltantes trazidas com as independências define, em grande medida, o quadro da rememoração dos símbolos e datas da luta de libertação. Por um lado, temos a legitimidade forte conferida aos movimentos que emergem na genealogia entre a luta de libertação e a independência. Fundados do capital simbólico de uma luta que viu cumprido o objetivo da libertação colonial, esses movimentos – sobretudo o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA – projetaram um quadro de expectativas fortemente animado pelas alianças do internacionalismo tricontinental, do pan-africanismo anticolonial e do socialismo. Por outro, temos o modo como os países nascentes foram sendo diferentemente confrontados com quadros de adversidade marcados pela transição de uma economia colonial, pelas ditas guerras civis – no caso de Angola e Moçambique – que seguiram e que mobilizaram conflitos em muito alimentados pelas

contendas da Guerra Fria e pelas alianças brancas na África Austral (Rodésia e África do Sul) (Meneses, Rosa e Martins, 2013).

A estes fatores acresce ainda o modo como os países pós-coloniais foram confrontados com a vitória política do neoliberalismo à escala global, e com os consequentes ditames das instituições internacionais. Na verdade, o “ajustamento estrutural” em África determinou em grande medida que, nos horizontes de memória, a democracia surgisse como sinónimo de privatizações, de crescente relevância das ONGs de uma redução do papel do Estado (Comaroff e Comaroff, 2012). Num quadro marcado por partidos únicos nascidos dos movimentos de libertação, por guerras e/ou instabilidade política, e pela permeabilidade das realidades nacionais e elites locais às lógicas do capitalismo internacional, nos países africanos as evocações celebratórias das lutas de libertação tanto congregam uma narrativa nacional anticolonial como suscitam leituras ora desencantadas ora visando destituir do poder aqueles que politicamente foram reclamando a legitimidade da luta que criou a nação.

Com efeito, os termos da memorialização da guerra encontram-se fortemente definidos, em cada contexto, pelo modo como se articularam com as narrativas de formação da nação, ou da sua ressignificação, no caso português (Cardina e Martins, 2018). Poderíamos dizer que há, de certo modo, um fechamento constitutivo dos termos do debate pelos diferentes guiões de nação que vingaram no pós-guerra. Ou seja, as “ruínas do império” (Stoler, 2008) foram desde cedo mobilizadas para narrativas e memórias nacionais debilmente comunicantes entre si. Cria-se assim um curioso paradoxo. Se por um lado a guerra foi um fenómeno “partilhado”, na medida em que envolveu articulações de variada ordem entre movimentos e nações, suscitando alianças transnacionais e embates experimentados contiguamente, ainda que de diferentes lados, por outro, as memórias de guerra foram

convocadas para a escrita de cada nação ao jeito de ramificações divergentes.

* **Bruno Sena Martins** é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Co-coordenador do Programa de Doutoramento Human Rights in Contemporary Societies e Co-coordenador no Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". É docente no Programa de Doutoramento "Pós-colonialismos e cidadania global". Entre 2016 e 2019 desempenhou no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC e entre 2013 e 2016 foi Co-coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDE) do CES/UC. É Licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. Os seus temas de interesse preferenciais são o corpo, a deficiência, os direitos humanos e o colonialismo. No âmbito da sua pesquisa realizou trabalho de campo em Portugal, na Índia e em Moçambique, mantendo ainda estreitas ligações com a academia Brasileira. Realizou dois filmes documentais de divulgação científica. Em 2006, foi galardoado com Prémio do Centro de Estudos Sociais para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa. Em 2007, esteve como Research Fellow no Centre for Disability Studies (CDS), na School of Sociology and Social Policy da Universidade de Leeds (Nota biográfica publicada no site do CES).

* **Miguel Cardina** é investigador do Centro de Estudos Sociais. Foi Presidente do Conselho Científico do CES (2017-2019) e membro da coordenação do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP) (2013-2106). Recebeu em 2016 a bolsa Starting Grant do European Research Council (ERC - Conselho Europeu para a Investigação) na qualidade de coordenador do projeto de investigação «CROME - Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times» (2017-2022). É autor ou co-autor de vários livros, capítulos e artigos sobre colonialismo, anticolonialismo e guerra colonial; história das ideologias políticas

nas décadas de 1960 e 1970; e dinâmicas entre história e memória (Nota biográfica publicada no site do CES).

Este texto foi desenvolvido no âmbito do projeto “CROME – Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais”, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), através do Programa – Quadro Comunitário de Investigação e Inovação ‘Horizonte 2020’ da União Europeia, com a referência 715593”

Bibliografia:

Cardina, Miguel e Martins, Bruno Sena, org. (2018), *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta-da-China.

Coelho, João Paulo Borges (2003), “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie* 2003, 175-193.

Comaroff, Jean; Comaroff, John (2012), "History On Trial: Memory, evidence, and the forensic production of the Past", in Jean Comaroff; John Comaroff (orgs.), *Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa*. Boulder-London: Paradigm Publishers.

Meneses, Maria Paula; Rosa, Celso Braga; Martins, Bruno Sena (2017), "Colonial Wars, Colonial Alliances: The Alcora Exercise in the Context of Southern Africa", *Journal of Southern African Studies*, 43, 2, 397-410.

Stoler, Ann Laura (2008), "Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination", *Cultural Anthropology*, n.º 23 (2), pp. 191-219.

Taussig, Michael (1999), *Defacement: Public Secrecy and the Labor of the Negative*. Stanford: Stanford University Press.

Dossier:

Dossier 301: As feridas abertas da Guerra Colonial

118



(...)

Resto dossier



As feridas abertas da Guerra Colonial

A Guerra Colonial durou mais do dobro da Segunda Guerra Mundial e fez milhares de mortos portugueses e africanos.

Urge quebrar o silêncio e desconstruir os mitos em torno deste conflito e do passado colonialista de Portugal. Assim como é imperativo dar visibilidade e garantir direitos às suas vítimas. Dossier organizado por **Mariana Carneiro**.



“A Guerra Colonial através da correspondência de quem a viveu”

Na passada terça-feira, o Museu do Aljube foi palco da apresentação do livro *Sinais de Vida - Cartas da Guerra 1961-1974*, de Joana Pontes, que deu corpo a uma das mais recentes investigações sobre a Guerra Colonial. Este trabalho tem como base milhares de cartas que militares enviaram ou receberam durante o conflito. Por **Mariana Carneiro**.



A velha questão da política e da guerra, a propósito das mágoas do fim do império

As forças armadas portuguesas fizeram em abril de 1974 o que as eleições fazem (ou podem fazer) nos regimes democráticos: o corte com uma solução inviável, demasiado custosa e que se tornara anacrónica. Por **Carlos Matos Gomes**.



Da guerra colonial às independências africanas

A constituição de Estados-nação cujas independências se afirmaram contra a dominação colonial produzirá um contexto marcado pela tensão entre a herança colonial e a celebração das possibilidades para novos começos. Por **Bruno Sena Martins e Miguel Cardina**.



O "Massacre de Batepá" em São Tomé e Príncipe: ecos desde 1953 à atualidade

Tendo-se desenrolado em 1953, anos antes da eclosão das guerras coloniais e de libertação, o "Massacre de Batepá" demonstra como o recurso à violência física (e simbólica) não foi uma exceção na gestão e domínio dos territórios colonizados por portugueses. Por **Inês Nascimento Rodrigues**.



3 de Agosto de 1959, Massacre de Pindjiguiti, Bissau

Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. Por **Sílvia Roque**.



16 de Junho de 1960. Massacre de Mueda, Moçambique

Portugal no seu todo muito simplesmente não tinha percebido que já se estava nos anos sessenta. Dez ou

seiscentos mortos, o significado político de Mueda não muda, abriu uma nova era. Por **Michel Cahen**.



Wiriamu: O massacre esquecido

O massacre de que vos quero falar aconteceu connosco. Os intervenientes eram portugueses. Aconteceu em Moçambique. E é estranho que já ninguém pareça recordar-se dele: é incómodo e por isso tenta-se esquecê-lo. Por **Carmo Vicente**.



Amílcar Cabral: Libertação nacional e cultura

O domínio “só se pode manter com uma repressão permanente e organizada da vida cultural desse povo [o povo dominado], não podendo garantir definitivamente a sua implantação a não ser pela liquidação física de parte significativa da população dominada”. Por **Amílcar Cabral**.



O Sector da Saúde na Luta de Libertação da Guiné-Bissau

Não se pode deixar de valorizar, e com vénia, a dedicação, o empenho e a solidariedade de todos quantos se prestaram a esse esforço, sem salários nem qualquer tipo de compensação! Que pena não poder citar os nomes de todos eles. Por **Manuel Boal**.



Um combate pela Liberdade

Oriundo dum país colonizado, participei desde jovem no combate contra o domínio colonial e pude assistir ao fim dessa dominação sobre a maior parte da Humanidade de então. Por **Adolfo Maria**.



Crescer em tempo de guerra

Há ainda um longo caminho a percorrer, para que se acalmem as guerras da memória, quer as que perturbam o trabalho dos historiadores, quer as que se travam na memória daqueles que as viveram. Por **Diana Andringa**.



Moçambique, final dos anos cinquenta

Era estranha esta invisibilidade dos indígenas, a sua quase não humanidade. Uma imensa maioria, 98 % da população, e eram como que inexistentes, surgiam silenciosamente quando necessários e desapareciam quando desnecessários. Por **Helena Cabeçadas**.



José Bação Leal: "Tentarei o canto mesmo de gatas"

Neste artigo, no qual reproduzimos, na íntegra, o documentário "Poeticamente Exausto, Verticalmente Só - A história de José Bação Leal", um jovem e promissor poeta, falecido em Moçambique durante a guerra colonial, a realizadora, **Luísa Marinho**, explica o que a levou a desenvolver este projeto.



A deserção colectiva de 10 ex-oficiais-alunos da Academia Militar

Devo começar por dizer que se trata da mais importante deserção colectiva organizada durante os 14 anos de duração da guerra em África. Não apenas pelo número de elementos nela envolvidos mas também por outras razões que dela fazem um acontecimento singular. Por **Fernando Mariano Carneira**.



Comandos Africanos: “Os portugueses traíram-nos, fomos abandonados sem piedade”

Mário Sani é um dos mais de 600 Comandos Africanos das Forças Armadas portuguesas na Guiné que Portugal abandonou à sua sorte, depois de a colónia que explorava ter conquistado a independência. Por **Sofia da Palma Rodrigues**.



Descolonização e retorno à antiga metrópole: a memória difícil do fim do império

Guerra colonial, descolonização e retorno de África, uma herança que ainda aguarda por uma plena inscrição no discurso da história e da memória do Portugal contemporâneo. Por **Elsa Peralta**.



“É urgente tirar filhos de militares portugueses da invisibilidade”

Catarina Gomes, jornalista, e autora do livro *Furriel não é nome de pai*, defende que é preciso romper com o “silêncio social” em torno deste assunto e reconhecer a cidadania portuguesa aos filhos que os militares deixaram na Guerra Colonial. Entrevista conduzida por Mariana Carneiro.



ADFA assumiu-se como a "força justa das vítimas de uma guerra injusta"

No dia em que se assinalou o 45º aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, o esquerda.net publicou uma entrevista com o **Coronel António Calvino**, militar de Abril, fundador e ex-presidente da direção da ADFA. Por Mariana Carneiro.

Estilhaços de uma guerra maldita



Em novembro de 1970, o meu pai foi evacuado de Mueda para o Hospital Militar Principal, em Lisboa. Parte do seu corpo ficou em Moçambique. Consigo trouxe a certeza de que era preciso acabar com a guerra. E trouxe estilhaços, com os quais eu cresci. Por **Mariana Carneiro**.



“Esta é uma guerra que, entre nós, nunca existiu”
Para que a memória não se apague, e para desconstruir alguns dos mitos que ainda persistem sobre a Guerra Colonial, vale a pena (re)visitar o livro “Nó Cego”, de Carlos Vale Ferraz. A nova edição desta obra foi apresentada em Lisboa e sobre ela conversaram o autor, António-Pedro Vasconcelos e João de Melo. Por **Mariana Carneiro**.

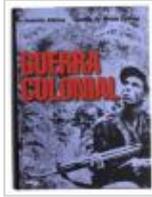


Racismo institucional, legado do colonialismo
Passados mais de 45 anos das independências das nações ocupadas por Portugal, o colonialismo continua vivo, sendo o racismo o seu maior legado. Por **Beatriz Gomes Dias**.



“É preciso romper com o mito de que fomos bons colonizadores”
André Amálio tem-se dedicado ao teatro documental sobre o passado colonial português. O fundador da companhia de teatro Hotel Europa defende que “o sector cultural tem que estar na vanguarda destas mudanças, trabalhando ao lado de outro tipo de agentes que estejam a refletir sobre estas temáticas na nossa sociedade”. Entrevista conduzida por Mariana Carneiro.

Guerra Colonial na Literatura e Cinema



Neste artigo disponibilizamos uma seleção de filmes, documentários, séries, livros e artigos sobre a Guerra Colonial ou relacionados com esta temática. Por **Mariana Carneiro**.
